

1 **Ata nº 103**

2 Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 14 horas, reuniram-se na sala
3 de reuniões do IPREVI, os membros do Conselho Fiscal, Rafaela de Cássia Firmino, suplente do
4 Conselheiro Dênio José Viana, Érica Costa de Freitas, Helenrosy das Dores de Souza, Janete
5 Miguel Said Marangon, José Maria David Batista, Leandro Valente Lopes e Sílvia Bhering de
6 Souza Gomes para tratar dos seguintes assuntos: **1. Escolha do Presidente do Conselho; 2.**
7 **Calendário das reuniões; 3. Apresentação do encerramento do exercício 2025 (receitas,**
8 **despesas e investimentos); 4. Análise dos documentos contábeis dos meses de setembro,**
9 **outubro, novembro e dezembro de 2026; 5. Gerais.** Estiveram presentes, ainda, a Diretora
10 Administrativa Financeira, Eliane Antônia dos Reis Pereira, O Diretor Previdenciário Evair
11 Barbosa de Souza e a Chefe de Contabilidade do IPREVI, Lucimara Rodrigues da Silva Dias. A
12 reunião foi iniciada com a escolha do Presidente do Conselho Fiscal. Foi informado que, de acordo
13 com a legislação, o Presidente do Conselho Fiscal deve ser um representante dos segurados. Nesse
14 contexto, foram indicados os nomes dos conselheiros José Maria David Batista e Helenrosy das
15 Dores de Souza. Ambos se manifestaram que esta era a primeira vez que eles exerciam a função de
16 conselheiros, destacando não possuir experiência para assumir a presidência do Conselho Fiscal.
17 Em razão disso, foram prestados esclarecimentos quanto às atribuições do Presidente do Conselho
18 Fiscal, dentre as quais: convocar, instalar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do
19 colegiado; representar o Conselho Fiscal junto à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e
20 aos demais órgãos; solicitar documentos, balancetes e informações necessárias à verificação da
21 gestão, bem como fiscalizar a execução orçamentária e a aplicação dos recursos; votar as matérias
22 submetidas à apreciação, exercendo, quando necessário, o voto de desempate (voto de qualidade);
23 e determinar o registro em ata de todas as deliberações, garantindo a conformidade legal dos atos.
24 Após os esclarecimentos, e não havendo outras manifestações, foi escolhido, por consenso, o
25 Conselheiro José Maria David Batista para exercer a função de Presidente do Conselho Fiscal. Na
26 sequência, o Conselho passou à discussão do calendário de reuniões para o exercício de 2026, com
27 o objetivo de assegurar a organização e a regularidade das atividades do colegiado. Após análise e
28 debate entre os membros, ficou deliberado que as reuniões ordinárias serão realizadas de forma
29 bimestral, em conformidade com a legislação vigente, ocorrendo sempre na 2ª (segunda) quarta-
30 feira de cada mês correspondente, às 14 horas. Logo após a Diretora Administrativa Financeira, por
31 meio de recurso visual apresentou o encerramento do exercício 2025 (segurados, receitas, despesas
32 e investimentos). Iniciou apresentando o quantitativo de segurados, no período de janeiro a
33 dezembro, dos dois planos existentes no Instituto. Informou que, no Plano Previdenciário, em
34 dezembro de 2025, havia 846 servidores ativos, 93 aposentados e 15 pensionistas, totalizando 954
35 segurados. No Plano Financeiro, o exercício encerrou-se com 290 servidores ativos, 570
36 aposentados e 145 pensionistas, perfazendo um total de 1.005 segurados. Acrescentou ainda que,

37 no exercício de 2025, foram concedidas 53 aposentadorias e 8 pensões, totalizando 61 novos
38 segurados no Instituto. Em seguida, apresentou o demonstrativo consolidado das receitas e despesas
39 projetadas e realizadas do exercício, informando que as receitas projetadas totalizaram R\$
40 27.760.000,00, enquanto as receitas realizadas somaram R\$ 27.603.024,87. As despesas projetadas
41 foram de R\$ 64.525.000,00 e as despesas realizadas atingiram R\$ 47.643.258,23, esclarecendo que
42 a diferença entre a despesa projetada e a realizada configura superávit orçamentário do fundo
43 Previdenciário. No Plano Financeiro, as receitas totalizaram R\$ 9.982.171,43 e as despesas R\$
44 41.658.566,33, resultando em déficit de R\$ 31.676.394,90, devido à insuficiência financeira do
45 Plano do exercício de 2025. No Plano Previdenciário, as receitas foram de R\$ 17.316.172,94 e as
46 despesas totalizaram R\$ 3.108.958,85, apresentando superávit de R\$ 14.207.214,09, o qual foi
47 destinado à aplicação financeira com o objetivo de constituir reserva financeira para as obrigações
48 futuras. Na sequência, o Diretor apresentou os valores referentes à Compensação Previdenciária,
49 informando que, no Plano Financeiro, o Instituto recebeu o montante de R\$ 2.210.080,08, e, no
50 Plano Previdenciário, R\$ 479.392,95, totalizando R\$ 2.689.473,03. Dando continuidade, a Diretora
51 apresentou os valores previstos e realizados dos repasses destinados à cobertura da insuficiência
52 financeira do Fundo Financeiro no exercício de 2025. Informou que o valor total previsto foi de R\$
53 36.765.000,00, distribuído da seguinte forma: R\$ 32.065.000,00 pela Prefeitura Municipal de
54 Viçosa (PMV), R\$ 4.500.000,00 pelo SAAE e R\$ 200.000,00 pela Câmara Municipal. O valor total
55 efetivamente repassado foi de R\$ 31.900.020,14, sendo R\$ 27.662.525,41 pela PMV, R\$
56 4.097.441,16 pelo SAAE e R\$ 140.053,57 pela Câmara. Em seguida passou-se à apresentação do
57 retorno financeiro dos investimentos mês a mês apresentando um retorno total dos investimentos
58 no exercício de 2025 de R\$ 22.153.619,31. Destacou que a meta atuarial de rentabilidade necessária
59 para garantir o pagamento dos benefícios futuros, no exercício de 2025 foi de 9,5508%, enquanto
60 a rentabilidade efetivamente obtida foi de 16,81%, o que corresponde a 176,07% da meta atuarial
61 estabelecida. Na sequência, foi apresentada a diversificação da carteira de investimentos,
62 demonstrando que 75,32% dos recursos estavam aplicados em renda fixa; 19,97% em renda
63 variável; 2,10% em fundos estruturados; 2,08% em títulos públicos (LF); e 0,53% em investimentos
64 no exterior. Destacando que a maioria dos recursos do Instituto está alocado em renda fixa. Em
65 seguida, o Diretor apresentou o saldo atual das aplicações, bem como o retorno acumulado no
66 exercício de 2025, assim discriminados: Na Renda Fixa, o retorno apurado foi de R\$ 13.922.353,61,
67 com saldo acumulado de R\$ 112.607.287,77. Na Renda Variável, o retorno totalizou R\$
68 7.357.811,30, com saldo acumulado de R\$ 30.374.021,58. Nos Fundos Estruturados, o retorno foi
69 de R\$ 651.187,78, perfazendo saldo de R\$ 3.179.018,34. Em Títulos Públicos, registrou-se retorno
70 de R\$ 187.064,48, com saldo acumulado de R\$ 3.191.339,02. Quanto aos Investimentos no
71 Exterior, o retorno foi de R\$ 97.536,12, com saldo acumulado de R\$ 806.776,81. Dessa forma, o
72 saldo total atual das aplicações soma R\$ 150.158.443,52. Por fim, o Diretor apresentou a

73 diversificação da carteira de investimentos do Instituto por instituição financeira, evidenciando a
74 distribuição dos recursos e a observância aos limites legais. Em seguida, passou-se à apresentação
75 e discussão da Política de Investimentos para o exercício de 2026, à luz dos limites estabelecidos
76 pela nova Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes
77 Próprios de Previdência Social (RPPS). Prosseguindo, os conselheiros passaram à análise dos
78 documentos contábeis. Por se tratar da primeira reunião do novo Conselho Fiscal destinada à
79 apreciação dos documentos contábeis, a Chefe de Contabilidade do IPREVI, Lucimara Rodrigues
80 da Silva Dias, apresentou, no início dos trabalhos, esclarecimentos acerca dos relatórios contábeis,
81 abordando sua finalidade, composição e o conteúdo das informações neles constantes. Na
82 oportunidade, destacou os principais pontos que devem ser observados pelos conselheiros no
83 exercício da função fiscalizatória, com o objetivo de proporcionar maior compreensão e segurança
84 na análise. Entre os aspectos mencionados, ressaltou-se a necessidade de verificar se os documentos
85 estão devidamente assinados; conferir, nos empenhos, a correta indicação da ficha e da classificação
86 orçamentária; analisar se os órgãos estão realizando o repasse das contribuições previdenciárias em
87 dia; bem como verificar se o Instituto está recebendo regularmente os valores provenientes do
88 COMPREV, entre outros pontos relevantes. A Chefe de Contabilidade enfatizou ainda que a
89 responsabilidade do Conselho Fiscal abrange a análise sob os aspectos orçamentário, patrimonial,
90 atuarial e de investimentos. Por fim, Lucimara cientificou os conselheiros de que ela e toda a equipe
91 do setor de contabilidade do IPREVI permanecem à disposição para prestar esclarecimentos e sanar
92 eventuais dúvidas que possam surgir durante a análise dos relatórios. Durante a análise surgiram
93 alguns questionamentos os quais foram esclarecidos. Após a conclusão da verificação dos
94 documentos, os conselheiros deliberaram que estes se encontravam em condições de serem
95 submetidos à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Não havendo mais
96 nada a tratar, a reunião foi encerrada. E eu, Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe de Secretaria do
97 IPREVI, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos presentes à
98 reunião.

Érica Costa de Freitas



Helenrosy das Dores de Souza

Janete Miguel Said Marangon



José Maria David



Leandro Valente Lopes

Rafaela de Cássia Firmino



Sílvia Bhering de Souza Gomes

